

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	IX
APRESENTAÇÃO.....	XIII
PREFÁCIO.....	XVII
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	XXIII

Título I TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I – O DIREITO PROCESSUAL TRIBU- TÁRIO	13
1.1 Direito material e direito processual: o sistema primário e o sistema secundário.....	13
1.2 O sistema processual tributário e o Direito Proces- sual Tributário	33

DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

1.2.1	O fenômeno da “judicialização” do direito público como reflexo da relação entre direito material e direito processual.....	33
1.2.2	A particularização da lide tributária como pressuposto dos conceitos de sistema processual tributário e de Direito Processual Tributário	38
1.2.3	A face administrativa do direito processual tributário: o contencioso administrativo-tributário	46
1.3	Relações jurídicas, direitos subjetivos e conflituosidades tributárias.....	47
1.3.1	O conflito como categoria fundamental de Teoria Geral do Processo	47
1.3.2	A diversidade das relações jurídicas e a diferenciação tipológica dos conflitos: o “fato do descumprimento” típico a cada espécie de direito subjetivo	49
	1.3.2.1 <i>As relações jurídicas de direito absoluto e os conflitos que lhes são próprios</i>	53
	1.3.2.2 <i>As relações jurídicas de direito potestativo e os conflitos que lhes são próprios .</i>	54
	1.3.2.3 <i>As relações jurídicas prestacionais e os conflitos que lhes são próprios</i>	56
	1.3.2.4 <i>As relações jurídicas de responsabilidade patrimonial e os conflitos que lhes são próprios</i>	57
1.3.3	A diversidade das relações e dos conflitos jurídicos tributários	59
1.3.4	O conflito e a lide como fatos jurídicos processuais.....	61

CAPÍTULO II – DAS AÇÕES TRIBUTÁRIAS.....	67
2.1 Direito de ação, ação e ações tributárias	67
2.1.1 Definindo o(s) conceito(s) de ação	67
2.1.2 A teoria das condições da ação e sua viabilidade conceitual.....	79
2.1.2.1 <i>Condições da ação versus pressupostos processuais</i>	79
2.1.2.2 <i>Condições da ação versus direito de ação: as condições de eficácia do direito de ação</i>	80
2.1.2.3 <i>Condições da ação e objeto da demanda: o conceito jurídico-normativo de mérito</i>	85
2.1.2.4 <i>Sobre a natureza do juízo que afere o preenchimento das condições da ação: aporte da teoria da asserção</i>	93
2.1.2.4.1 <i>O interesse processual como juízo preliminar de viabilidade da demanda: a necessidade de invocação da tutela jurisdicional e a relação de adequação entre a pretensão processual requerida e o conflito material afirmado</i>	103
2.1.2.4.2 <i>A legitimidade ad causam como relação de identidade entre os sujeitos parciais do processo e os sujeitos da relação jurídica substancial afirmada</i>	106
2.1.2.4.2.1 <i>A legitimidade ad causam e a composição subjetiva das relações jurídico-tributárias</i>	110
2.1.3 Ações e pretensões processuais tributárias	121
2.1.4 As ações tributárias e as relações jurídicas conflituosas no contexto do percurso de concretização do direito tributário	124

DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

2.1.4.1	<i>Processo de positivação e percurso de concretização do direito tributário</i>	124
2.1.4.2	<i>As ações e os conflitos tributários em face do percurso de concretização do direito tributário</i>	129
2.1.5	Classificação das ações tributárias	132
CAPÍTULO III – DO PROCESSO TRIBUTÁRIO		135
3.1	Processo, direito ao (devido) processo e processo tributário	135
3.1.1	O fenômeno processual como categoria teórico-geral	135
3.1.2	O processo jurisdicional e sua natureza dialética: o regime de contraditoriedade que caracteriza os processos voltados à composição de conflitos.....	138
3.1.3	O modelo constitucional de processo jurisdicional e suas manifestações concretas no plano legal: o devido processo legal (constitucional).....	142
3.1.4	Elementos do processo, sujeitos do processo e pressupostos processuais	147
3.1.4.1	<i>A relação jurídico-processual e os requisitos mínimos para sua instauração .</i>	147
3.1.4.2	<i>Os pressupostos processuais: os requisitos de formação e de desenvolvimento válido do processo jurisdicional</i>	152
3.1.4.3	<i>Instrumentalidade do processo versus instrumentalidade da jurisdição: o processo como instrumento normativo de controle da atividade decisória.....</i>	156

3.1.5	O processo jurisdicional tributário como instrumento de controle do exercício da jurisdição tributária.....	162
3.1.6	Classificação dos processos tributários....	166
CAPÍTULO IV – DA JURISDIÇÃO TRIBUTÁRIA...		169
4.1	Jurisdição, jurisdição tributária e tutelas jurisdicionais tributárias.....	169
4.1.1	Função jurisdicional e a jurisdição tributária no sistema jurídico brasileiro.....	169
4.1.2	Tutela jurisdicional: conteúdos, eficácias e efeitos normativos.....	172
	<i>4.1.2.1 A tutela jurisdicional como norma e como ato de cumprimento da função jurisdicional: a obrigação de “dizer” o direito e o resultado de sua implementação</i>	<i>178</i>
	<i>4.1.2.1.1 As fontes do direito concretamente produzido pela atividade jurisdicional: as enunciações jurisdicionais e as normas introdutoras das decisões judiciais</i>	<i>182</i>
	<i>4.1.2.1.2 A norma de julgamento e o desempenho da atividade jurisdicional: o dever concreto de julgar</i>	<i>189</i>
	<i>4.1.2.1.3 O dever aplicar as normas do sistema jurídico: a norma de decisão e a positividade jurisdicional do direito material</i>	<i>193</i>
	<i>4.1.2.2 A tutela jurisdicional como ato de efetivação (realização) do direito violado: o conteúdo e a função da parte dispositiva dos pronunciamentos jurisdicionais</i>	<i>198</i>

DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

4.1.2.2.1	<i>O específico caso das tutelas jurisdicionais transitivas ou dependentes: a tutela condenatória e sua natureza processual</i>	202
4.1.2.2.2	<i>O específico caso das tutelas ordenatórias/mandamentais (writs)</i>	209
4.1.2.2.3	<i>Normas concretas e individuais constituídas nas partes dispositivas das decisões judiciais</i>	215
4.1.2.2.4	<i>Tutelas jurisdicionais provisórias</i>	216
4.1.2.2.5	<i>Tutelas jurisdicionais exclusivamente realizadoras do direito material: a tutela jurisdicional executiva</i>	224
4.1.3	<i>Tutelas jurisdicionais tributárias.....</i>	228
4.1.3.1	<i>Tutelas jurisdicionais tributárias cognitivas: conteúdos, eficácias e efeitos normativos</i>	228
4.1.3.1.1	<i>A norma de decisão, o conteúdo, a eficácia e os efeitos normativos das tutelas jurisdicionais tributárias preventivas: a tutela declaratória negativa em matéria tributária</i>	230
4.1.3.1.2	<i>A norma de decisão, o conteúdo, a eficácia e os efeitos normativos das tutelas jurisdicionais repressivas corretivas em matéria tributária: as tutelas anulatória (do débito fiscal) e consignatória (do pagamento do tributo).....</i>	236
4.1.3.1.3	<i>A norma de decisão, o conteúdo, a eficácia e os efeitos normativos das tutelas jurisdicionais repressivas reparadoras em matéria tributária: a tutela condenatória da restituição do tributo e declaratória do direito à compensação</i>	238

<i>4.1.3.1.4 A norma de decisão, o conteúdo, a eficácia e os efeitos normativos das tutelas jurisdicionais mandamentais em matéria tributária</i>	243
<i>4.1.3.2 Tutelas jurisdicionais provisórias em matéria tributária</i>	248
<i>4.1.3.3 Tutelas jurisdicionais realizadoras em matéria tributária</i>	256
<i>4.1.3.4 Classificação das tutelas jurisdicionais tributárias</i>	259

Título II

PRAGMÁTICA DO

DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I – AÇÕES TRIBUTÁRIAS ANTIEXACIONAIS EM ESPÉCIE	267
1.1 A ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária e os limites ao desempenho da competência administrativa tributária	267
1.1.1 O objeto da ação declaratória negativa tributária: o direito de constituir o crédito tributário	267
1.1.2 As condições da ação e a demanda declaratória negativa tributária.....	274
1.1.3 As regras de competência e de procedimento aplicáveis à ação declaratória negativa em matéria tributária	279

DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

1.1.4	A tutela provisória e o depósito judicial no âmbito das ações declaratórias negativas em matéria tributária.....	282
1.1.5	A tutela declaratória negativa de inexistência de relação jurídico-tributária.....	289
1.2	A ação anulatória de débito fiscal e a crise de legalidade que lhe é peculiar.....	292
1.2.1	O objeto da ação anulatória de débito fiscal: o direito à desconstituição do crédito tributário	292
1.2.2	Os requisitos e as condições da ação anulatória de débito fiscal.....	293
1.2.3	O ajuizamento e o processamento da demanda anulatória de débito fiscal.....	301
1.2.4	As tutelas jurisdicionais, provisória e definitiva, exaradas em sede de ação anulatória de débito fiscal e os efeitos que lhes são próprios.....	303
1.2.5	As possíveis relações entre ação anulatória de débito fiscal, execução fiscal e embargos do devedor	306
1.3	A ação de consignação em pagamento em matéria tributária e o direito subjetivo (ao cumprimento do dever jurídico) de pagar o tributo.....	319
1.3.1	As regras de competência aplicáveis ao ajuizamento da ação consignatória tributária	324
1.3.2	A legitimidade <i>ad causam</i> na ação consignatória tributária.....	328
1.3.3	Aspectos procedimentais gerais da ação de consignação em pagamento	330
	1.3.3.1 <i>A ação de consignação em pagamento fundada na “mora do credor” tributário ..</i>	333

1.3.3.1.1	<i>A dedução do conflito próprio à consignatória fundada em recusa do credor tributário</i>	333
1.3.3.1.2	<i>A contestação à demanda consignatória fundada em recusa do credor tributário</i>	336
1.3.3.1.3	<i>O conteúdo e a eficácia da sentença que acolhe a pretensão consignatória tributária fundada em recusa.....</i>	343
1.3.3.2	<i>A ação de consignação em pagamento fundada na dúvida quanto ao credor tributário e suas particularidades</i>	344
1.3.3.2.1	<i>A delimitação do conflito tributário decorrente da dúvida quanto ao credor tributário</i>	344
1.3.3.2.2	<i>O procedimento da ação consignatória fundada em dúvida quanto ao credor tributário</i>	347
1.3.3.2.3	<i>A decisão que acolhe a pretensão consignatória fundada em dúvida e a sentença que aponta o ente político competente para tributar o fato tributário em disputa</i>	351
1.4	<i>A ação de repetição do indébito tributário e o direito subjetivo à restituição do tributo pago indevidamente</i>	354
1.4.1	<i>A ação de repetição do indébito tributário e a crise de (in)adimplemento que lhe é peculiar.....</i>	354
1.4.2	<i>A legitimidade ativa na ação de repetição do indébito tributário: os conteúdos dos arts. 165 e 166 do CTN</i>	360

DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

1.4.3	A prescrição do direito de exigir a restituição do indébito tributário.....	374
1.4.4	A competência para ajuizamento da ação de repetição do indébito tributário e o procedimento que lhe é próprio	384
1.4.5	A tutela jurisdicional que reconhece o pagamento indevido e condena o ente tributante à devolução dos valores indevidamente recolhidos	388
1.5	O mandado de segurança em matéria tributária e os atos de autoridade fiscais	397
1.5.1	O mandado de segurança e os conflitos tributários.....	397
1.5.2	As condições específicas da ação de mandado de segurança analisadas sob a perspectiva da lide tributária	404
1.5.3	Legitimidade <i>ad causam</i> no mandado de segurança em matéria tributária	408
1.5.4	O foro competente para o processamento do mandado de segurança em matéria tributária	419
1.5.5	O mérito do mandado de segurança em matéria tributária e os limites legais (materiais e processuais) à concessão da tutela mandamental (provisória e definitiva)	428
	<i>1.5.5.1 Tutelas provisórias e mandado de segurança: a liminar em mandado de segurança em matéria tributária e suas particularidades</i>	<i>435</i>
	<i>1.5.5.2 A tutela jurisdicional definitiva no mandado de segurança em matéria tributária e suas diversas formas de manifestação.....</i>	<i>456</i>

CAPÍTULO II – AÇÕES TRIBUTÁRIAS EXACIONAIS EM ESPÉCIE	477
2.1 A ação executiva fiscal e seu pressuposto: o fato jurídico do inadimplemento e o direito subjetivo de exigir o crédito tributário	477
2.1.1 Sujeição passiva e responsabilidade patrimonial tributárias.....	490
2.1.2 Responsabilidade patrimonial tributária e legitimidade <i>ad causam</i> no processo executivo fiscal.....	503
2.1.2.1 <i>Responsabilidade patrimonial tributária e litisconsórcio passivo ulterior: o redirecionamento da execução fiscal para terceiro estranho ao título executivo extrajudicial.....</i>	511
2.1.3 O processo executivo fiscal e suas particularidades: a competência e o procedimento relativos à ação de execução fiscal.....	524
2.1.3.1 <i>A competência para o ajuizamento da ação executiva fiscal.....</i>	527
2.1.3.2 <i>O procedimento executivo fiscal</i>	534
2.1.3.2.1 <i>A fase inicial do procedimento executivo fiscal: do ajuizamento da ação executiva fiscal à citação do executado....</i>	536
2.1.3.2.2 <i>A fase constritiva do procedimento executivo fiscal: a garantia na execução fiscal e suas modalidades</i>	550
2.1.3.2.3 <i>A fase expropriatória do procedimento executivo fiscal: as técnicas processuais sub-rogatórias dos direitos patrimoniais do devedor-executado.....</i>	556

2.1.3.2.4	<i>A satisfação do crédito tributário e a extinção do processo executivo fiscal..</i>	561
2.1.4	<i>A defesa do executado na execução fiscal</i>	562
2.1.4.1	<i>A exceção de pré-executividade e seu fundamento jurídico-positivo</i>	564
2.1.4.1.1	<i>Os fundamentos e as condições de manejo da exceção de pré-executividade .</i>	564
2.1.4.1.2	<i>Os sujeitos de direito autorizados a se valerem da exceção de pré-executividade</i>	568
2.1.4.1.3	<i>A natureza e os efeitos da decisão que acolhe ou rejeita a exceção de pré-executividade</i>	571
2.1.4.2	<i>Os embargos do devedor tributário à execução fiscal.....</i>	573
2.1.4.2.1	<i>A natureza jurídica e o objeto dos embargos à execução fiscal: a oposição à pretensão executiva fiscal como forma de exercício do direito constitucional à ampla defesa.....</i>	573
2.1.4.2.2	<i>Os pressupostos de admissibilidade e o prazo para oposição dos embargos à execução fiscal.....</i>	578
2.1.4.2.3	<i>Os efeitos do ajuizamento dos embargos do executado e as possibilidades de suspensão do processo executivo fiscal</i>	585
2.1.4.2.4	<i>Os elementos e as condições da “ação” de embargos à execução fiscal.....</i>	590
2.1.4.2.5	<i>A competência e o procedimento atinentes aos embargos à execução fiscal.</i>	596
2.1.4.2.6	<i>O conteúdo e as eficácias da tutela jurisdicional que acolhe os embargos à execução fiscal.....</i>	597

2.2	A ação cautelar fiscal.....	599
2.2.1	A natureza jurídica da ação cautelar fiscal e sua integração ao regime implementado pelo CPC/2015	599
2.2.2	Os pressupostos e as condições da ação cautelar fiscal no <i>iter</i> de concretização do direito tributário.....	600
2.2.3	A delimitação da competência e o procedimento atinentes à ação cautelar fiscal.....	607
2.3.4	Os fundamentos da tutela cautelar fiscal (provisória e definitiva) e seu específico modo de implementação.....	609
CAPÍTULO III – SEGURANÇA JURÍDICA E PROCESSO TRIBUTÁRIO		613
3.1	As categorias processuais voltadas à implementação do princípio da segurança jurídica e o processo jurisdicional tributário: o devido processo legal tributário	613
3.2	Os três níveis jurídico-normativos de manifestação da coisa julgada	617
3.2.1	A coisa julgada como princípio (limite objetivo) constitucional: os limites constitucionais à revisibilidade das tutelas jurisdicionais tributárias.....	618
3.2.2	O regime jurídico-legal da coisa julgada: a norma jurídica, abstrata e geral, conotativa dos critérios de incidência da <i>res judicata</i>	621
3.2.3	A coisa julgada no plano decisório: a norma concreta e individual da coisa julgada.....	628
3.2.4	Os limites objetivos e subjetivos da coisa julgada em matéria tributária.....	633

3.3	As técnicas e os instrumentos processuais voltados à mitigação da autoridade da coisa julgada.....	638
3.3.1	A ação rescisória e seu objeto: o direito subjetivo fundamental ao devido processo constitucional.....	642
3.3.1.1	<i>A ação rescisória fundada em violação manifesta à norma jurídico-tributária: a violação ao consenso interpretativo-institucional como condição da rescindibilidade da coisa julgada</i>	644
3.3.1.2	<i>A ação rescisória voltada ao afastamento da exigibilidade da obrigação de restituir o indébito tributário reconhecido por sentença: a exegese do art. 535, §8º, do CPC/2015</i>	656
3.3.2	A impugnação ao cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública: o afastamento da exigibilidade do título executivo judicial que reconhece o direito à restituição do indébito tributário	663
3.3.3	As técnicas processuais voltadas ao afastamento da coisa julgada incidente sobre as tutelas jurisdicionais tributárias preventivas e suas repercussões sobre as chamadas relações jurídico-tributárias de trato sucessivo	667
3.3.3.1	<i>A ação revisional prevista no art. 505, inciso I, do CPC, e as mutações na orientação jurisprudencial firmada pelos Tribunais Superiores: a mitigação da coisa julgada incidente sobre as tutelas jurisdicionais tributárias de cunho determinativo</i>	672

CAPÍTULO IV – O PROCESSO ADMINISTRATIVO-TRIBUTÁRIO.....	697
4.1 O contencioso administrativo tributário no contexto do Direito Processual Tributário: a legitimação processual da atividade impositiva.....	697
4.2 A natureza atipicamente jurisdicional da atividade exercida pelos órgãos de contencioso administrativo-tributário	702
4.3 O devido processo legal administrativo-tributário e suas particularidades	709
4.3.1 O julgador tributário natural, imparcial e independente: o problema da autonomia dos órgãos de contencioso administrativo-tributário	712
4.3.2 O contraditório e a ampla defesa nos processos administrativo-tributários	717
4.3.3 Oficialidade <i>versus</i> dispositividade: os poderes cognitivos e instrutórios do julgador administrativo-tributário	720
4.3.4 O princípio que impõe os deveres de motivar a autuação e de fundamentar a decisão jurisdicional administrativa.....	726
4.3.5 O duplo grau de jurisdição administrativa: a recorribilidade no âmbito dos processos administrativos tributários	730
4.3.6 A razoável duração do processo administrativo-tributário.....	733
4.4 Processos e procedimentos administrativos tributários.....	738

DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

4.5	Federalismo fiscal e repartição constitucional da competência para legislar em matéria de processo administrativo fiscal: os modelos institucionais de contencioso administrativo-tributário	743
4.5.1	O contencioso administrativo-tributário federal e o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Economia – CARF/ME.....	748
4.5.2	O contencioso administrativo-tributário paulista e o Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo – TIT/SP	752
4.6	As relações entre os processos administrativo e judicial tributários	756
4.6.1	A concomitância entre os processos administrativo e judicial tributários: o problema da identidade total de fatos e de alegações	757
4.6.2	Os precedentes judiciais de observância obrigatória e o contencioso administrativo-tributário: a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil aos processos administrativos tributários	760
	REFERÊNCIAS	765